

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	18
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2016	Dividendo	29/11/2016	Ordinária		0,09265
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2016	Dividendo	29/11/2016	Preferencial		0,10191

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.005.301	999.159
1.01	Ativo Circulante	158.857	174.409
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.353	44.388
1.01.03	Contas a Receber	14.960	21.657
1.01.03.01	Clientes	14.023	13.542
1.01.03.01.01	Revendedores	13.069	12.696
1.01.03.01.02	Consumidores	954	846
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	937	8.115
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	937	8.115
1.01.04	Estoques	2.054	2.099
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.305	2.784
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.305	2.784
1.01.07	Despesas Antecipadas	142	236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	109.043	103.245
1.01.08.03	Outros	109.043	103.245
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.496	1.705
1.01.08.03.02	Outros Créditos	16.015	15.732
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	713	835
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	81.753	75.623
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	9.066	9.350
1.02	Ativo Não Circulante	846.444	824.750
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	754.863	734.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	754.863	734.852
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	13.681	13.879
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	424.256	404.984
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	41.653	40.716
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.02	Investimentos	75.381	73.985
1.02.03	Imobilizado	14.085	13.653
1.02.04	Intangível	2.115	2.260
1.02.04.01	Intangíveis	2.115	2.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.005.301	999.159
2.01	Passivo Circulante	53.606	61.597
2.01.02	Fornecedores	5.378	4.544
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.378	4.544
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.101	4.326
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.829	4.049
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	1.063	1.057
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	230	229
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.637	1.950
2.01.03.01.05	Outros	899	813
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	151	151
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	151	151
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	121	126
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	15	37
2.01.03.03.02	ISS	106	89
2.01.05	Outras Obrigações	44.127	52.727
2.01.05.02	Outros	44.127	52.727
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.716	3.716
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	11.093	10.582
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	6.226	5.632
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	174
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	14.378	16.833
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	0	7.178
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	8.544	8.612
2.02	Passivo Não Circulante	187.952	176.855
2.02.02	Outras Obrigações	27.619	24.798
2.02.02.02	Outros	27.619	24.798
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	10.648	7.827
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	113.274	108.810
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113.274	108.810
2.02.04	Provisões	47.059	43.247
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.059	43.247
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13	13
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.490	19.717
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	118	118
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	23.438	23.399
2.03	Patrimônio Líquido	763.743	760.707
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	47.288	47.288
2.03.04.01	Reserva Legal	2.546	2.546

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	44.742	44.742
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.379	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	35.535	40.878

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	42.942	36.980
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-55.341	-32.767
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-55.341	-32.767
3.03	Resultado Bruto	-12.399	4.213
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.396	4.566
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.396	4.566
3.04.04.01	Equivalência Patrimonial em Controlada	1.396	4.566
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.003	8.779
3.06	Resultado Financeiro	26.598	20.666
3.06.01	Receitas Financeiras	26.929	22.001
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.548	8.474
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	19.381	13.527
3.06.02	Despesas Financeiras	-331	-1.335
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-331	-1.335
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.595	29.445
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.216	-2.519
3.08.02	Diferido	-7.216	-2.519
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.379	26.926
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.379	26.926
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21390	0,68738
3.99.01.02	PN	0,23529	0,75611
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21390	0,68738
3.99.02.02	PN	0,23529	0,75611

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	8.379	26.926
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.343	-3.567
4.02.01	Ajuste de avaliação atuarial	-8.095	-5.405
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.752	1.838
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.036	23.359

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.758	28.013
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.575	-969
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	8.379	26.926
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-1.396	-4.566
6.01.01.03	Depreciação/amortização	175	306
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	1.075	2.659
6.01.01.05	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	3.812	-9.527
6.01.01.06	Tributos diferidos	7.216	2.519
6.01.01.07	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-25.402	-20.081
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	566	795
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.183	28.982
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-481	810
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.312	-4.753
6.01.02.03	Estoques	45	-15
6.01.02.04	Despesas antecipadas	94	76
6.01.02.05	Outras contas a receber	6.329	-3.543
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-6.696	50.196
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-8.804	-9.290
6.01.02.08	Fornecedores	834	2.167
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	286	-1.242
6.01.02.10	Pagamento de custos socioambientais	0	-3.074
6.01.02.11	Outros contas a pagar	522	1.461
6.01.02.12	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-3.811
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.277	-718
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-462	-1.732
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-937	-737
6.02.03	Recebimento da venda de ativo imobilizado	122	1.751
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.035	27.295
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.388	16.538
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.353	43.833

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.379	-5.343	3.036
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.379	0	8.379
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.343	-5.343
5.05.02.06	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	-5.343	-5.343
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	8.379	35.535	763.743

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.926	-3.567	23.359
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.926	0	26.926
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.567	-3.567
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-3.567	-3.567
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	18.053	13.319	703.913

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	47.228	43.387
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	46.848	40.365
7.01.02	Outras Receitas	3	3.074
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	943	743
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-566	-795
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.272	-5.310
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.934	-14.625
7.02.04	Outros	-4.338	9.315
7.03	Valor Adicionado Bruto	22.956	38.077
7.04	Retenções	-175	-306
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-175	-306
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.781	37.771
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.944	13.040
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.396	4.566
7.06.02	Receitas Financeiras	7.548	8.474
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.725	50.811
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.725	50.811
7.08.01	Pessoal	20.002	19.997
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.823	17.973
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.179	2.024
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.131	13.205
7.08.02.01	Federais	18.825	10.927
7.08.02.03	Municipais	2.306	2.278
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-17.787	-9.317
7.08.03.01	Juros	331	1.335
7.08.03.02	Aluguéis	187	216
7.08.03.03	Outras	-18.305	-10.868
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-18.305	-10.868
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.379	26.926
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.379	26.926

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.102.018	1.098.255
1.01	Ativo Circulante	168.101	183.716
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34.058	50.145
1.01.03	Contas a Receber	18.863	25.298
1.01.03.01	Clientes	17.926	17.183
1.01.03.01.01	Revendedores	16.972	16.337
1.01.03.01.02	Consumidores	954	846
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	937	8.115
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	937	8.115
1.01.04	Estoques	2.054	2.099
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.353	2.784
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.353	2.784
1.01.07	Despesas Antecipadas	142	236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	108.631	103.154
1.01.08.03	Outros	108.631	103.154
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.500	1.712
1.01.08.03.02	Outros Créditos	11.982	11.951
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	713	835
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	81.753	75.623
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	12.683	13.033
1.02	Ativo Não Circulante	933.917	914.539
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	754.863	734.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	754.863	734.852
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	13.681	13.879
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	424.256	404.984
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	41.653	40.716
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	175.549	176.037
1.02.04	Intangível	2.115	2.260
1.02.04.01	Intangíveis	2.115	2.260

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.102.018	1.098.255
2.01	Passivo Circulante	61.074	70.240
2.01.02	Fornecedores	5.602	4.742
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.602	4.742
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.273	4.426
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.984	4.149
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	1.141	1.135
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	247	246
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.637	1.950
2.01.03.01.05	Outros	959	818
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	151	151
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	151	151
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	138	126
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	15	37
2.01.03.03.02	ISS	123	89
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.446	6.549
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.446	6.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.446	6.549
2.01.05	Outras Obrigações	44.753	54.523
2.01.05.02	Outros	44.753	54.523
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.716	3.716
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	11.093	10.582
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	6.231	5.637
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	196	200
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	14.378	16.833
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	0	7.178
2.01.05.02.09	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	0	78
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	9.139	10.299
2.02	Passivo Não Circulante	277.201	267.308
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	89.249	90.453
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	89.249	90.453
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	89.249	90.453
2.02.02	Outras Obrigações	27.619	24.798
2.02.02.02	Outros	27.619	24.798
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	10.648	7.827
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	113.274	108.810
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113.274	108.810
2.02.04	Provisões	47.059	43.247
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.059	43.247
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13	13
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.490	19.717
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	118	118
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	23.438	23.399
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	763.743	760.707

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	47.288	47.288
2.03.04.01	Reserva Legal	2.546	2.546
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	44.742	44.742
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.379	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	35.535	40.878

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.259	43.723
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-58.024	-32.898
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-58.024	-32.898
3.03	Resultado Bruto	-8.765	10.825
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.765	10.825
3.06	Resultado Financeiro	24.681	18.907
3.06.01	Receitas Financeiras	27.209	22.068
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.828	8.541
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	19.381	13.527
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.528	-3.161
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.528	-3.161
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.916	29.732
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.537	-2.806
3.08.01	Corrente	-321	-287
3.08.02	Diferido	-7.216	-2.519
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.379	26.926
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	8.379	26.926
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.379	26.926
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21390	0,68738
3.99.01.02	PN	0,23529	0,75611
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21390	0,68738
3.99.02.02	PN	0,23529	0,75611

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	8.379	26.926
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.343	-3.567
4.02.01	Ajuste de avaliação atuarial	-8.095	-5.405
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.752	1.838
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.036	23.359
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.036	23.359

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-13.093	26.231
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.003	5.423
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	8.379	26.926
6.01.01.02	Depreciação/amortização	1.159	306
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	1.075	2.659
6.01.01.04	Provisão (reversão) riscos trabalhistas, cíveis e tributários	3.812	-9.527
6.01.01.05	Tributos diferidos	7.216	2.519
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	566	795
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos	2.192	1.826
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-25.402	-20.081
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.090	20.808
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-743	-2.296
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.357	-4.906
6.01.02.03	Estoques	45	-15
6.01.02.04	Despesas antecipadas	94	76
6.01.02.05	Outras contas a receber	6.581	-4.337
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-6.630	47.398
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-8.804	-9.290
6.01.02.08	Fornecedores	860	-982
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	280	-1.223
6.01.02.10	Pagamento de custos socioambientais	0	-3.074
6.01.02.11	Outras contas a pagar	-570	5.084
6.01.02.12	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-3.811
6.01.02.13	Juros pagos com empréstimos	-1.846	-1.816
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.341	-1.733
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-526	-2.747
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-937	-737
6.02.03	Recebimento da venda de ativo imobilizado	122	1.751
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.653	-1.633
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-1.653	-1.633
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.087	22.865
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.145	21.451
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34.058	44.316

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.379	-5.343	3.036	0	3.036
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.379	0	8.379	0	8.379
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.343	-5.343	0	-5.343
5.05.02.06	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	-5.343	-5.343	0	-5.343
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	8.379	35.535	763.743	0	763.743

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554	0	680.554
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554	0	680.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.926	-3.567	23.359	0	23.359
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.926	0	26.926	0	26.926
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.567	-3.567	0	-3.567
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-3.567	-3.567	0	-3.567
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	18.053	13.319	703.913	0	703.913

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	53.885	51.349
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	53.441	47.363
7.01.02	Outras Receitas	3	3.074
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.007	1.707
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-566	-795
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.019	-6.389
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.656	-15.682
7.02.04	Outros	-4.363	9.293
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.866	44.960
7.04	Retenções	-1.159	-306
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.159	-306
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.707	44.654
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.828	8.541
7.06.02	Receitas Financeiras	7.828	8.541
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.535	53.195
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.535	53.195
7.08.01	Pessoal	20.002	19.997
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.823	17.973
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.179	2.024
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.743	13.761
7.08.02.01	Federais	19.437	11.483
7.08.02.03	Municipais	2.306	2.278
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-15.589	-7.489
7.08.03.01	Juros	2.528	3.161
7.08.03.02	Aluguéis	188	218
7.08.03.03	Outras	-18.305	-10.868
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-18.305	-10.868
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.379	26.926
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.379	26.926

Comentário do Desempenho

Comentários sobre o Desempenho Consolidado da EMAE do período findo em 31 de março de 2016

A Receita de Bens e ou/Serviços apresentou um acréscimo em comparação com o mesmo período do ano anterior de 12,66% em comparação como o mesmo período do ano anterior, devido ao reajuste tarifário ocorrido em julho de 2015.

Os Custos dos Bens e Serviços tiveram um aumento de 76,38%, devido aos seguintes fatos:

- Acréscimo de 55,6% nas despesas com Serviços de Terceiros devido aos custos adicionais assumidos com a dragagem e remoção de lixo do Canal Pinheiros, enquanto não ocorre a formalização de convênio para repasses de verbas do Estado para o exercício de 2016. Em 31 de março de 2016 tais serviços totalizaram R\$ 5,1 milhões (R\$ 288 mil, em 31 de março de 2015).
- Acréscimo de 138,0% nos encargos sobre energia elétrica, especificamente, nas despesas com Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos, que montaram R\$ 3,4 milhões em 31 de março de 2015 (R\$ 938 mil em 31 de março de 2015), devido ao aumento na geração de energia elétrica.

Provisão para Contingência no valor de R\$ 3,8 milhões referentes a processos de natureza trabalhista contra uma reversão ocorrida em 31 de março de 2015 no valor de R\$ 11,8 milhões, devido a acordos firmados pela EMAE com Sindicatos e Empregados

Decorrentes desses fatos o Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos apresenta-se negativo em R\$ 8,7 milhões (R\$ 10,8 milhões negativo em 31 de março de 2015).

O Resultado Financeiro teve um aumento de 30,54% decorrente principalmente de juros e variações monetárias vinculadas ao arrendamento da Usina Termelétrica Piratinga que contribuíram positivamente para o resultado devido à variação do IGP-M acumulado em 31 de março de 2016 ser 2,96% e (2,02% acumulado em 31 de março de 2015).

Em relação à Fundação CESP, verifica-se acréscimo nos juros e variações monetárias, também, devido ao aumento do IGP-DI, indexador do contrato. Que em 31 de março de 2016 o IGP-DI variou 2,77% e em 31 de março de 2015 variou 2,42%.

Em relação ao Ajuste Atuarial – CPC 33, verifica-se que em 31 de março de 2016, o ajuste efetuado de R\$ 8,1 milhões, 49,8% superior ao de 31 de março 2015 (R\$ 5,4 milhões).

O acréscimo verificado ocorreu devido à taxa de juros utilizada pelo atuário independente, na avaliação dos planos previdenciários da EMAE, ter sido superior a taxa utilizada no exercício de 2015, aumentando o rendimento esperado do plano e, em consequência, reduzindo as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2016.

No primeiro trimestre de 2016, a subsidiária integral Pirapora Energia, apresentou um

Comentário do Desempenho

lucro de R\$ 1,4 milhão inferior ao resultado de 31 de março de 2015 (R\$ 4,6 milhões).

IR e CS diferidos em 31 de março de 2016 R\$ 7,5 milhões (R\$ 2,8 milhões em 31 de março de 2015) apresentação um aumento de 167% ,por conta do aumento do indexador (IGPM) do contrato de arrendamento da Usina de Piratininga.

Como reflexo dos fatos comentados a EMAE obteve um lucro de em 31 de março de 2016 de R\$ 8,3 milhões (R\$ 26.926 em 31 de março de 2015) apresentando uma redução de 68,8%.

Controlada Pirapora Energia S.A

Em 07 de janeiro de 2016, devido á ruptura de uma das pás do rotor hidráulica da unidade geradora – UG2, foi determinado pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2. A ocorrência foi comunicada á ANEEL.

A provisão de retorno á condições operacional é para janeiro de 2017.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também a existência de problemas nas pás do rotor, fato que tornou obrigatório a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

A provisão de retorno a condições operacionais e para 17 de junho de 2016.

Ambas das paralizações foram comunicadas tempestivamente a ANEEL, BNDES e ARSESP.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE", ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as Companhias com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração foi calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária.

Conforme a Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Também de acordo com a Subcláusula Décima Segunda da mesma, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH, serão cobrados pela ANEEL e serão ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Notas Explicativas

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termoelétrica Piratininga ("UTE Piratininga") em 27/04/2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobrás"). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa nº1.218, de 22/01/2008. Esse contrato continha algumas condições suspensivas, as quais foram cumpridas em 21/05/2008, tornando o contrato efetivo a partir dessa data. O prazo do contrato é de 17 anos, contados a partir da data de sua assinatura. O contrato possui cláusula resolutiva em caso de não ser obtida a renovação da concessão da UTE Piratininga, a qual terminou em 7/07/2015. O MME está analisando o processo de renovação da concessão da UTE Piratininga.

A EMAE foi autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de Companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Controlada Pirapora Energia S.A. ("Pirapora")

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24/06/2008, estabeleceu que a autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, contados da data a publicação dessa resolução. A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. O início de suas operações se deu em 1º de janeiro de 2015.

A energia gerada pela Pirapora é comercializada através de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios.

Em 19.12.2014, mediante Despacho nº 4.867/2014, a ANEEL liberou a operação em teste das duas unidades geradoras da PCH. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nºs 4.951/2014 de 30.12.2014, e 4.955/2014 de 31.12.2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

Em 01.01.2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30.07.2010.

Em 03.01.2015, devido a falhas de dimensionamento no projeto executivo, foi necessário a paralização das duas unidades geradoras.

Notas Explicativas

Imediatamente o Consórcio PCH Pirapora, responsável pela obra, foi acionado pela Administração da EMAE e, em conjunto, alinharam um plano de trabalho para a realização das recuperações necessárias para o retorno das operações das duas unidades geradoras.

Em decorrência, em 30.03.2015 foi firmado aditivo ao contrato, prorrogando-se o prazo contratual, para 31.10.2015, ratificando-se a cláusula prevista no contrato original, de que o Consórcio se compromete a garantir todo o empreendimento, pelo prazo de 60 meses, a partir da data de entrada em operação das duas unidades geradoras e, em consequência, todos os custos inerentes.

Seguindo o cronograma definido no plano de trabalho o retorno da primeira unidade de geração ocorreu em julho/2015 e a segunda unidade em outubro/2015.

Cabe destacar que, cláusula constante do aditivo contratual, reserva à EMAE, o direito de demandar a reparação de danos eventualmente sofridos até a data a data de assinatura do instrumento, ou seja, 30.03.2015.

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora – UG2, foi determinado pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2. A ocorrência foi comunicada à ANEEL em 20 de janeiro de 2016.

A previsão de retorno à condição operacional é para janeiro de 2017.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também, a existência de problemas nas pás do rotor. Fato que tornou obrigatório a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

A ocorrência foi comunicada à ARSESP e a ANEEL em 18 de março de 2016.

A previsão de retorno à condição operacional é para 17 de junho de 2016.

Cabe destacar que como as unidades geradoras – UG1 e UG2, encontram-se no período de garantia, os serviços serão realizados pelo Consórcio responsável pela implantação da PCH Pirapora.

A Administração entende que poderá utilizar o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para suprir os contratos de venda de energia (CCEAR).

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2016.

2.2 Moeda funcional

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração, com base nas informações disponíveis à época, definiu premissas com base no seu melhor julgamento dessas informações e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas realizadas, em função novos eventos ocorridos ou informações disponibilizadas após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos estejam disponíveis os valores estimados são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento

Nota explicativa 8 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nota explicativa 9 - Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos

Nota explicativa 11 - Ativo financeiro indenizável

Nota explicativa 12 - Ativo reversível da concessão

Nota explicativa 14 - Imobilizado

Nota explicativa 18 - Entidade de previdência a empregados

Nota explicativa 20 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros.

2.4 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.5 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia, coordenada pelo seu Diretor Presidente, realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada considerando um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não estão sendo apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são as mesmas que as apresentadas na Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas

2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2015.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Caixa e bancos conta movimento.....	198	202	198	202
Aplicações financeiras (a).....	28.155	44.186	33.860	49.943
	<u>28.353</u>	<u>44.388</u>	<u>34.058</u>	<u>50.145</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou em 31 de março de 2016 1,087% ao mês e em 31 de dezembro de 2015 0,9030% ao mês.

4. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	13.069	12.696	16.972	16.337
b) Fornecimento				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	<u>954</u>	<u>846</u>	<u>954</u>	<u>846</u>

5. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.12.15
Circulante		
Contrato (1)	<u>713</u>	<u>835</u>

(1) Refere-se a alienação de 30.730,00 m² de parte do imóvel que media 246.944,00 m², localizado na Estrada do Alvarenga, nº 2.500, Bairro Mar Paulista, São Paulo, Capital, pelo valor de R\$ 880 para a empresa JLF Administradora de Bens Ltda., em 20 parcelas corrigidas pela variação positiva do IPC-FIPE, acrescidas de juros de 12% ao ano pela Tabela Price, sendo que a primeira, no valor de R\$ 44, foi recebida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e as demais a receber de forma mensal e sucessiva partir de janeiro de 2016, conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 21 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Circulante				
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (a).....	696	743	700	750
Imposto sobre serviços a compensar (b).....	400	400	400	400
INSS a compensar (c).....	153	315	153	315
PIS (d).....	20	20	20	20
COFINS (e).....	92	92	92	92
Outros.....	135	135	135	135
	<u>1.496</u>	<u>1.705</u>	<u>1.500</u>	<u>1.712</u>

- (a) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício;
- (b) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício;
- (c) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços;
- (d) Refere-se a créditos incidentes na base de cálculo do PIS sobre a compra de energia para revenda e encargos de conexão;
- (e) Refere-se a créditos incidentes na base de cálculo do COFINS sobre a compra de energia para revenda e encargos de conexão.

7. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O contrato possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoeletrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008, cujo prazo de concessão encerrou-se em 07 de julho de 2015.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com o advento da transferência da concessão para a Baixada Santista Energia ("BSE"), coube a esta requerer a renovação junto à ANEEL em 5 de julho de 2012 e posterior ratificação em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei 12.783, de 13 de janeiro de 2013, aguarda-se manifestação do Poder Concedente.

Os ativos relacionados a este arrendamento possuem valor líquido contábil de R\$ 87.872 em 31 de março de 2016 (R\$ 89.321 em 31 de dezembro de 2015). A Administração elaborou

Notas Explicativas

uma análise do valor a ser indenizado no caso de não renovação da concessão para avaliar qual seria o montante a ser indenizado pelo Poder Concedente conforme determinado na cláusula décima - primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga. A administração da Companhia preparou uma estimativa baseado no valor novo de reposição dos valores dos ativos a serem indenizados em R\$ 149.692 aproximadamente em 31 de março de 2016. A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado em caso de não renovação da concessão se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE, e dessa forma, mesmo que não se tenha a renovação da concessão não deverá haver perdas relevantes a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado		
	Saldo 31.12.15	Encargos Financeiros	Saldo 31.03.16
ATIVO			
Circulante.....	75.623	6.130	81.753
Não Circulante.....	404.984	19.272	424.256
	480.607	25.402	506.009

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.12.15
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira há reconhecer (a).....	(126.586)	(132.716)
Variação monetária.....	354.379	335.107
Recebimentos.....	(486.784)	(486.784)
	506.009	480.607

(a) Refere-se a variação monetária aplicada sobre o saldo remanescente do contrato de arrendamento, a ser realizado no recebimento das parcelas futuras.

Notas Explicativas

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Não circulante	
2017	48.373
2018.....	52.429
2019.....	56.863
2020.....	61.711
2021.....	62.192
De 2022 até 2024.....	142.688
	<u>424.256</u>

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Circulante				
Serviços em curso (a).....	2.626	2.438	2.626	2.438
Bens destinados a conserto (b).....	9.104	9.104	9.104	9.104
Mútuo com controlada (c).....	4.588	4.588	-	-
Dividendos a receber de controlada (d).....	3.896	3.896	-	-
Valores a receber - Energia Livre (e).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Outros créditos (f).....	3.824	3.895	3.572	3.895
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.669)	(17.103)	(17.669)	(17.103)
Funcionários cedidos (g).....	5.502	4.770	5.502	4.770
GSF Pirapora energia (h).....	-	-	4.703	4.703
	<u>16.015</u>	<u>15.732</u>	<u>11.982</u>	<u>11.951</u>

- a - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b - Referem-se a saídas de bens que se encontram em estabelecimento de terceiro para conserto;
- c - Refere-se a contrato de mútuo firmado com a sua controlada; (veja maiores detalhes na nota explicativa nº 21.3)
- d - Refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios a receber durante o ano de 2016 de sua controlada;
- e - Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- f - Referem-se a renda da prestação de serviços, créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores;
- g – Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo;

Notas Explicativas

h – GSF - Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Empresa a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015.

Por meio do Ofício “OF/A/023/2016” de 28 de janeiro de 2016, o pleito foi encaminhado para a ANEEL, optando pela repactuação do risco hidrológico pela classe de produto SP100.

Em 25 de janeiro de 2016, por meio do Despacho nº 189, a ANEEL resolve anuir conforme Termo de Repactuação nº 92/2016, que tornou eficaz com a renúncia do direito de discutir o assunto em qualquer esfera judicial, arbitral ou administrativa.

A crise hídrica, de forma geral, afetou a produção das empresas geradoras. Para suprir os contratos regulados, a empresa adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi elevado para R\$ 4.703.

O referido Ativo Regulatório, até seu exaurimento, será utilizado no pagamento do prêmio correspondente ao produto SP100, na ordem de R\$ 1.331/ano.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

9.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	15.595	29.445	15.916	29.732	15.595	29.445	15.916	29.732
Aliquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(3.899)	(7.361)	(3.979)	(7.433)	(1.404)	(2.650)	(1.432)	(2.676)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(1.912)	(1.615)	(1.912)	(1.615)	(688)	(581)	(688)	(581)
Arrendamento UTP.....	6.350	5.020	6.350	5.020	2.286	1.807	2.286	1.807
Outros.....	2.310	2.433	2.310	2.433	832	750	832	750
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	(1.089)	2.990	(1.089)	2.990	(392)	1.076	(392)	1.076
Outros (PAT, incentivos).....	201	(1.852)	(14)	(1.931)	72	(667)	(34)	(777)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	(7.267)	(1.467)	(7.187)	(1.467)	(2.616)	(402)	(2.588)	(402)
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(5.306)	(1.852)	(5.521)	(2.003)	(1.910)	(667)	(2.016)	(803)
Corrente.....	-	-	(215)	(151)	-	-	(106)	(136)
Diferido.....	(5.306)	(1.852)	(5.306)	(1.852)	(1.910)	(667)	(1.910)	(667)
Aliquota efetiva.....	34%	6%	35%	7%	12%	2%	13%	3%

Notas Explicativas

9.2 Composição dos saldos - Parte B do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2016 (a).....	57.103	56.014	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	60.710	58.937	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	105.525	98.812
Obrigações fiscais diferidas ORA (d).....	-	-	13.460	15.484
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2016 (a).....	20.557	20.165	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	16.535	15.901	-	-
Obrigações fiscais diferidas (c).....	-	-	37.989	35.573
Obrigações fiscais diferidas ORA (d).....	-	-	4.846	5.574
	154.905	151.017	161.820	155.443
Provisão para créditos tributários (e).....	(154.905)	(151.017)	(48.546)	(46.633)
	-	-	113.274	108.810

- (a) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social;
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014;
- (c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (nota 7);
- (d) Refere-se à passivo fiscal diferido sobre a Reserva de Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) ediferenças temporariamente indedutíveis (item a). A Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos.

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	9.066	9.350	12.683	13.033
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	13.681	13.879	13.681	13.879
	22.747	23.229	26.364	26.912

- a) R\$ 246 (R\$ 796 em 31 de dezembro de 2015) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 8.820 (R\$ 8.554 em 31 de dezembro de 2015) de outros depósitos vinculados. R\$ 3.617 (R\$ 3.683 em 31 de dezembro de 2015) referente a depósitos cauções da Controlada Pirapora para cumprimento de exigências do BNDES.

Notas Explicativas

- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais;

11. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.12.15
Ativo financeiro indenizável	41.653	40.716
	41.653	40.716

Nesta conta estão classificados os investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31/12/2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário. Esses valores estão registrados a custo histórico em razão de não haver regulamentação sobre eventual atualização monetária.

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual foram de caráter prudencial porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL.

Em 3/07/2014, foi aberta para contribuições a Audiência Pública 031/2014 da ANEEL, essa fase de comentários terminou em 31/08/2014. O objeto da Audiência Pública 031/2014 é obter subsídios para o aprimoramento da proposta de Regulamentação do § 6º do art. 1º da Lei 12.783/2013 que trata da realização de investimentos que serão considerados nas tarifas, com vistas a manter a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas. Ainda não houve regulamentação pela ANEEL sobre o tema.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado
	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Adições (a)	937
Saldo em 31 de março de 2016	41.653

- (a) As adições do período refere-se ao investimentos realizados na usinas para a manutenção e operação da mesmas que serão indenizadas pela ANEEL, durante os próximos reajuste da RAG.

Notas Explicativas

12. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.12.15
Ativo reversível da concessão	<u>275.273</u>	<u>275.273</u>
	<u>275.273</u>	<u>275.273</u>

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

“Art. 2º - Deverão ser submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL até 31 de dezembro de 2013, na forma definida pela Agência, as informações complementares, excetuando o projeto básico do empreendimento previsto no art. 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, necessárias para o cálculo da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, dos empreendimentos de geração.

§ 1º A ANEEL fiscalizará os valores de que trata este artigo, com vistas, a critério do poder concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso incorporados quando dos processos tarifários”.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Essa manifestação foi feita em conformidade com o art. 4º da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

“Art. 4º As concessionárias alcançadas por esta resolução deverão, até 31 de dezembro de 2013, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados.

§ 1º A concessionária que manifestar interesse, nos termos do caput, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º desta resolução.”

Notas Explicativas

A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL, em 4 de junho de 2014, a relação dos investimentos realizados em ativos reversíveis a serem indenizados, e a correspondente documentação comprobatória. Os ativos reversíveis montam o valor de R\$ 275.273, a valor líquido contábil. Os bens reversíveis conforme acima apurados pela administração são conforme segue:

	<u>31.03.2016</u>
Complexo UHE Henry Borden	203.659
Usina Porto Góes	7.299
Usina Rasgão	6.255
Usina Edgar de Souza	56.006
Usina Isabel	2.054
	<u><u>275.273</u></u>

A Administração da Companhia informa que até 31/03/2016 não houve manifestação da ANEEL no tocante ao pleito de indenização efetuado. Todavia, quando da homologação dos valores, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e realizará os ajustes que se fizerem necessários.

13. INVESTIMENTO

	<u>Controlada</u>
Saldo em 31.12.2015.....	73.985
Resultado de equivalência patrimonial....	1.396
Saldo em 31.03.2016.....	<u>75.381</u>

14. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está representada por:

Controladora	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em	Adições	Depreciação do	Saldo em
		31.12.15		período	31.03.16
Em serviço					
Terrenos.....		6.712	-	-	6.712
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	0,8%	1.154	-	(19)	1.135
Máquinas e Equipamentos.....	1,2%	1.664	-	(122)	1.542
Veículos.....	4,1%	1	-	-	1
Móveis e Utensílios.....	0,3%	79	-	(1)	78
Subtotal.....		9.610	-	(142)	9.468
Em curso.....		846	118	-	964
Adiantamento a fornecedores.....		3.197	456	-	3.653
Total Controladora.....		13.653	574	(142)	14.085

* Valor transferido para o Ativo Financeiro Indenizável

Consolidado	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em	Adições	Depreciação do	Saldo em
		31.12.15		período	31.03.16
Em serviço					
Terrenos.....		6.712	-	-	6.712
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	0,5%	49.648	-	(262)	49.386
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	0,5%	50.084	-	(250)	49.834
Máquinas e Equipamentos.....	0,8%	65.468	-	(613)	64.855
Veículos.....	4,1%	1	-	-	1
Móveis e Utensílios.....	0,1%	81	-	(1)	80
Subtotal.....		171.994	-	(1.126)	170.868
Em curso.....		846	182	-	1.028
Adiantamento a fornecedores.....		3.197	456	-	3.653
Total consolidado.....		176.037	638	(1.126)	175.549

Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:

No exercício findo em 31.12.2015 a controlada Pirapora energia teve uma paralização nas suas operações devido a uma quebra de equipamento uma das suas unidades, bem como o aumento das taxas de juros, esses fatores internos e externos indicaram uma possível perda no valor recuperável de ativos não financeiros, e desta forma a Administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados baseados nas seguintes premissas: (i) período de autorização findo 31 de dezembro de 2044 e; (ii) quantidade e preço de venda de energia energia contratada no ambiente regulado. Os fluxos de caixas foram descontados pela taxa de desconto regulatória após tributos (WACC ANEEL) de 10,6%. A Administração concluiu que não há necessidade de realização de provisão ao valor recuperável dos seus ativos.

Notas Explicativas

15. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS - FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	31.03.16	31.12.15
Circulante		
Folha de pagamento.....	4.503	4.824
Provisão de férias e gratificação de férias.....	2.725	2.308
Encargos sociais sobre férias	3.865	3.450
	<u>11.093</u>	<u>10.582</u>

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Circulante				
COFINS s/ receitas.....	1.063	1.057	1.141	1.135
PIS s/ receitas.....	230	229	247	246
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	151	151	151	151
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	1.637	1.950	1.637	1.950
IPTU - REFIS (1).....	15	37	15	37
ISS.....	106	89	123	89
Outros.....	899	813	959	818
	<u>4.101</u>	<u>4.326</u>	<u>4.273</u>	<u>4.426</u>

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representa 80% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 31 de março de 2016, o valor total atualizado do financiamento era de R\$ 95.695 (R\$ 97.002 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 6.446 classificados como passivo de curto prazo (R\$ 6.549 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 89.249 como passivo não circulante (R\$ 90.453 em 31 de dezembro de 2015).

O vencimento será em 15/09/2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos. Em 31 de março de 2016, a Companhia atendeu plenamente os *covenants qualitativos*.

Os *covenants* quantitativos são calculados anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015, conforme previsto no contrato de financiamento da controlada Pirapora Energia S.A. e foram atendidos plenamente.

18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		31.03.16		31.12.15	
		Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	14.378	95.684	110.062	109.696
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(85.036)	(85.036)	(85.036)
		<u>14.378</u>	<u>10.648</u>	<u>25.026</u>	<u>24.660</u>

Notas Explicativas

18.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.15	31.03.16			
		Amortização	Despesa	ORA	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	24.660	(8.804)	1.075	8.095	25.026

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a Companhia oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

18.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "Benefício Suplementar Proporcional Saldado" - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Notas Explicativas

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 31 de março de 2016, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Saldo da dívida.....	110.062
Ajuste atuarial.....	(85.036)
Saldo CPC 33 (R1)/IAS 19.....	<u>25.026</u>

19. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15
Circulante				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	1.964	1.560	1.964	1.560
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	44	44	49	49
Quota para P&D - FNDCT (2).....	95	91	95	91
Quota para P&D - EPE (2).....	47	46	47	46
P&D - Recursos para projetos (2).....	4.076	3.891	4.076	3.891
	<u>6.226</u>	<u>5.632</u>	<u>6.231</u>	<u>5.637</u>
Não circulante				
Reserva Global de Reversão - RGR:				
- Diferença de quotas - 2011 (1).....	769	769	769	769
	<u>6.995</u>	<u>6.401</u>	<u>7.000</u>	<u>6.406</u>

- (1) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL;
- (2) Referem-se ao saldo das quotas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Companhia em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para a Companhia de Pesquisa e Energética - EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Notas Explicativas

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	31.12.15		31.03.16	
	Saldo	Provisão	Pagamento	Saldo
Não circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade.....	8.010	451	(79)	8.382
Diversas.....	11.707	3.401	-	15.108
	19.717	3.852	(79)	23.490
Cíveis.....	23.399	39	-	23.438
Tributárias.....	13	-	-	13
Administrativo.....	118	-	-	118
	43.247	3.891	(79)	47.059

Periculosidade – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999. Não houve variação relevante durante o trimestre.

Diversas – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos, houve, em pequena parcela, reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

Cíveis – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo os mais relevantes descritos a seguir:

Em 2014, a Companhia reconheceu provisão referente ao processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. Não houve variações relevantes durante o trimestre.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de março de 2016 sendo o total da causa de R\$ 18.884 (R\$ 18.326 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de março de 2016, os processos nas suas diferentes espécies, avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro de perda possível, estão demonstrados a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.03.16	31.12.15
Administrativo.....	709	522
Ambiental (i).....	60.292	60.292
Cível.....	27.384	18.635
Trabalhista.....	12.928	11.260
Tributária.....	703	-
	102.016	90.709

Notas Explicativas

Contingências Possíveis

Ambiental

Referente a obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função de prazo adicional de 24 meses concedido pelo Ministério Público. Não houve variações relevantes durante o trimestre.

Trabalhista

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que se caracterizam por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

Cível

O processo mais relevante refere-se a ação originada pela Fundação CESP – na qual trata de ação visando a condenação da Companhia no pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito exordial, porém o processo encontra-se em fase de recursos. A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de março de 2016, sendo o total da causa de R\$ 12.431 (R\$ 12.006 em 2015).

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

21.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 31 de março de 2016 a Companhia possui um saldo a receber R\$ 478 (R\$ 646 em 31 de dezembro de 2015) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

21.2 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A Companhia é sucessora da Light, Companhia responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica. A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à Companhia de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

Notas Explicativas

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidroelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela Companhia ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à Companhia de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Em 02/12/2010, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a Companhia solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC - Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.307, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ou a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendesse cabíveis a tal desiderato.

Em 21/05/2012, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo - SABESP contra notificou a Companhia alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à Companhia estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo - DAEE; (b) a legislação brasileira prestigiou o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings, (e) as ações da Companhia na Bolsa de Valores já refletem tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Companhia em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da Companhia não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a Companhia propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à

Notas Explicativas

interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a Companhia propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com o ente antecessor da SABESP para tratar da compensação relacionada às captações realizadas no Reservatório Guarapiranga, a qual foi distribuída à 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100 ("Ação de Instituição de Compromisso Arbitral").

Em 28/02/2013, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da Companhia e determinando providências para o imediato início da arbitragem, quais sejam a nomeação do árbitro que julgaria o procedimento arbitral a ser instaurado (Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro) e indicando as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil - São Paulo ("AMCHAM"). Contra a sentença, a SABESP interpôs recurso de apelação, recebido apenas no efeito devolutivo.

Em 30/04/2013, a Companhia apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM ("Procedimento Arbitral").

Em 04/07/2013, a 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por seu relator, deferiu o pedido de efeito suspensivo até o julgamento definitivo do recurso de Agravo de Instrumento nº 0129811-62.2013.8.26.0000, interposto pela Sabesp contra a decisão que havia recebido apenas no efeito devolutivo seu recurso de apelação interposto contra a sentença da Ação de Instituição de Compromisso Arbitral. Tal decisão ocasionou a suspensão do Procedimento Arbitral, o que perdurou até o julgamento que negou provimento ao agravo, ocorrido em 23/10/2013. Contra tal acórdão, foi interposto Recurso Especial pela SABESP, inadmitido pelo Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. O Agravo em Recurso Especial contra tal decisão também foi inadmitido, em decisão já transitada em julgado.

Em 04/09/2013, a Companhia protocolizou a petição inicial da ação judicial visando à compensação das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings ("Ação Billings"), autuada sob o nº 1064876-84.2013.8.26.0100 e distribuída à 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo - SP.

Em 07/10/2013, foi publicada decisão em que o Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central determinou a remessa dos autos da Ação Billings para a 5ª Vara Cível daquele mesmo foro, por entender haver identidade de partes e causa de pedir com o processo nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível daquele mesmo Foro.

Em 09/10/2013, a Sabesp protocolizou sua contestação nos autos da Ação Billings.

Em 15/10/2013, a Sabesp interpôs o Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000, distribuído à 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, contra a decisão que determinou a remessa dos autos da Ação Billings à 5ª Vara Cível do Foro Central. Foi dado provimento ao recurso, em acórdão publicado em 19/12/2013, já transitado em julgado.

Em 16/07/2014, foi publicada decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela parcial realizado pela Companhia nos autos da Ação Billings (relacionado ao rateio imediato dos custos de operação e manutenção do Reservatório Guarapiranga) e determinando que a Companhia apresentasse réplica à contestação da SABESP.

Notas Explicativas

Em 28/07/2014, apresentada réplica da Companhia nos autos da Ação Billings.

Em 16/09/2014, intimadas as partes para que especificassem as provas que pretendiam produzir nos autos da Ação Billings.

Em 19/09/2014 e em 22/10/2014, foi incluída e posteriormente retirada da pauta de julgamento a apelação interposta pela SABESP na Ação de Instituição de Compromisso Arbitral.

Em 22/09/2014, tanto a Companhia quanto a SABESP requereram a produção de prova pericial técnica nos autos da Ação Billings.

Em 17/04/15, a Companhia tomou ciência da Ação Cautelar nº 0019598-24.2013.8.26.0053 ("Ação de Exibição de Documentos"), ajuizada pela SABESP a fim de exigir que a Companhia exiba documentos relacionados ao Termo de Acordo firmando entre os antecessores da Companhia e da SABESP. Na mesma data, a Companhia apresentou sua contestação.

Em 30/04/2015, foi publicada decisão determinando a remessa dos autos da Ação Billings para o Setor de Conciliação.

Em 13/11/2015, foi realizada a audiência de conciliação na Ação Billings, que restou infrutífera.

Em razão do dever de sigilo a que se submetem as partes no Procedimento Arbitral, não puderam ser informados os andamentos mais detalhados do referido procedimento.

Após o fim de prazos de suspensão do Procedimento Arbitral, da Ação de Instituição de Compromisso Arbitral e da Ação de Exibição de Documentos para tratativas de acordo e após audiência de conciliação na Ação Billings, aguarda-se o prosseguimento dos feitos. Não houve variação relevante no trimestre.

21.3 Mútuo com a subsidiária Pirapora

A Companhia no ano de 2015 transferiu à sua controlada e subsidiária integral, PIRAPORA ENERGIA, o montante de R\$ 4.588 a título de contrato de Mútuo. O contrato de Mútuo tem o prazo de 12 meses com a possibilidade de prorrogação para 24 meses, sendo a taxa de juros aplicada de 0,28% ao mês acrescida da variação mensal IPC-A.

21.4 Prestação de Serviço EMAE para PIRAPORA

A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a Pirapora referente à PCH Pirapora. O valor total desse contrato é de R\$ 10.568 a ser liquidado em quatro anos. No período findo em 31 de março de 2016 a Companhia reconheceu em seu resultado uma receita de prestação de serviço no valor de R\$ 936.

Notas Explicativas

21.5 Remuneração do pessoal chave da administração

Remuneração total da Diretoria pago pela Companhia no período findo em 31 de março de 2016

Partes Relacionadas	31/03/2016		31/03/2015	
	(a) nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria estatutária	4	285	2	155
Conselho Fiscal	5	62	5	62
Conselho administrativo	11	204	12	229
	20	266	19	291

(a) Média anual.

21.6 Serviços canal Pinheiros

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 31 de março de 2016, o saldo a receber é de R\$ 937 (R\$ 8.115 em 31 de dezembro de 2015).

21.7 Cessão de Empregados

Refere-se a cessão de empregados, mediante ressarcimento à Secretaria de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 31 de março de 2016, o saldo a receber é de R\$ 13.559 (R\$ 12.821 em 31 de dezembro de 2015).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Os principais acionistas em 31 de março de 2016 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ (Custodiada na BM&F BOVESPA)...	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETOBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.265.633	10,19	2.265.633	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	534.000	2,40	534.000	1,45
Outros.....	-	-	2.761.462	12,41	2.761.462	7,47
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

Durante o exercício findo em 31/03/2016 não houve emissão de novas ações.

22.2 Lucro por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e consolidado	
	31.03.16	31.03.15
Lucro líquido do período	R\$ 8.379	R\$ 26.926
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084

Lucro por ação básico e diluído

Ação Ordinária.....	R\$ 0,21390	R\$ 0,68738
Ação Preferencial.....	R\$ 0,23529	R\$ 0,75611

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

Notas Explicativas

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

23.1 Conciliação da receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	3.102	3.578	3.102	3.578
Cotas de energia elétrica.....	40.140	31.969	40.140	31.969
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	7.528	6.963
Energia de curto prazo - CCEE.....	118	966	118	1.002
Renda da prestação de serviços.....	3.368	3.474	2.432	3.474
Outras receitas.....	120	377	120	377
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	943	737	943	737
	<u>47.791</u>	<u>41.101</u>	<u>54.383</u>	<u>48.100</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(3.616)	(3.023)	(3.842)	(3.233)
PIS sobre receitas operacionais.....	(782)	(656)	(831)	(702)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(97)	(90)	(97)	(90)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(354)	(352)	(354)	(352)
	<u>(4.849)</u>	<u>(4.121)</u>	<u>(5.124)</u>	<u>(4.377)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>42.942</u>	<u>36.980</u>	<u>49.259</u>	<u>43.723</u>

23.2 Energia Elétrica Vendida

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil		MWh (*)		R\$ mil	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Fornecimento (1)								
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	12.732	17.070	3.102	3.578	12.732	17.070	3.102	3.578
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	319.795	336.012	40.140	31.969	319.795	336.012	40.140	31.969
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	-	-	7.528	6.963
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (2)								
Energia de curto prazo.....	-	-	118	966	35.369	35.605	118	1.002
Total.....	<u>332.527</u>	<u>353.082</u>	<u>43.360</u>	<u>36.513</u>	<u>367.896</u>	<u>388.687</u>	<u>50.888</u>	<u>43.512</u>

(1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;

(2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Notas Explicativas

23.3 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Petrobras (UTE's).....	1.952	2.774	1.952	2.774
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	480	677	480	677
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA.....	936	-	-	-
Outros serviços.....	-	23	-	23
	<u>3.368</u>	<u>3.474</u>	<u>2.432</u>	<u>3.474</u>

Notas Explicativas

24. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

24.1 Controladora

	Custo do serviço de energia elétrica			TOTAL	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.16	31.03.15
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.098)	(2.605)	(2.098)	(2.098)	(2.605)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.139)	(986)	(1.139)	(1.139)	(986)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(3.440)	(938)	(3.440)	(3.440)	(938)
Pessoal.....	(22.838)	(22.922)	(22.838)	(22.838)	(22.922)
Administradores.....	(450)	(391)	(450)	(450)	(391)
Material.....	(845)	(713)	(845)	(845)	(713)
Serviço de terceiros.....	(14.910)	(6.506)	(14.910)	(14.910)	(6.506)
Depreciação.....	(175)	(306)	(175)	(175)	(306)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(131)	(119)	(131)	(131)	(119)
Arrendamentos e aluguéis.....	(188)	(218)	(188)	(188)	(218)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(4.409)	9.527	(4.409)	(4.409)	9.527
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(937)	(737)	(937)	(937)	(737)
Outras.....	(3.781)	(5.853)	(3.781)	(3.781)	(5.853)
Total.....	(55.341)	(32.767)	(55.341)	(55.341)	(32.767)

Notas Explicativas

24.2 Consolidado

	Custo do serviço de energia elétrica			TOTAL	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15	
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.430)	(2.605)	(3.430)	(2.605)	
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.254)	(1.077)	(1.254)	(1.077)	
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(3.340)	(938)	(3.340)	(938)	
Pessoal.....	(22.838)	(22.922)	(22.838)	(22.922)	
Administradores.....	(450)	(391)	(450)	(391)	
Material.....	(848)	(713)	(848)	(713)	
Serviço de terceiros.....	(15.118)	(6.508)	(15.118)	(6.508)	
Depreciação.....	(1.159)	(306)	(1.159)	(306)	
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(147)	(133)	(147)	(133)	
Arrendamentos e aluguéis.....	(188)	(218)	(188)	(218)	
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(4.409)	9.527	(4.409)	9.527	
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(937)	(737)	(937)	(737)	
Outras.....	(3.906)	(5.877)	(3.906)	(5.877)	
Total.....	(58.024)	(32.898)	(58.024)	(32.898)	

Notas Explicativas

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.16	31.03.15	31.03.16	31.03.15
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.390	1.694	1.652	1.761
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga.....	6.130	6.555	6.130	6.555
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	23	155	23	155
Outras.....	5	70	23	70
	<u>7.548</u>	<u>8.474</u>	<u>7.828</u>	<u>8.541</u>
Despesas				
Juros	-	-	(2.192)	(1.826)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(85)	(1.089)	(85)	(1.089)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(43)	(43)	(43)	(43)
Juros sobre RGR.....	(203)	(203)	(203)	(203)
Outras.....	-	-	(5)	-
	<u>(331)</u>	<u>(1.335)</u>	<u>(2.528)</u>	<u>(3.161)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	19.272	13.526	19.272	13.526
Outras variações monetárias	109	1	109	1
	<u>19.381</u>	<u>13.527</u>	<u>19.381</u>	<u>13.527</u>
	<u>26.598</u>	<u>20.666</u>	<u>24.681</u>	<u>18.907</u>

26. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2016	09.04.2017	2.500	223
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	07.11.2015	05.11.2016	10.000	150
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3).....	12.11.2015	12.11.2016	324	2
Seguro de veículos.....	01.02.2016	01.02.2017	168	6
			<u>12.992</u>	<u>381</u>

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

Notas Explicativas

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	31.03.16	31.12.15	31.03.16	31.12.15	
Caixa e equivalentes de caixa.....	28.353	44.388	34.058	50.145	Valor justo por meio do resultado
Revendedores.....	13.069	12.696	16.972	16.337	Empréstimos e recebíveis
Consumidores.....	954	846	954	846	Empréstimos e recebíveis
Serviços - Canal Pinheiros.....	937	8.115	937	8.115	Empréstimos e recebíveis
Alienação de bens e direitos.....	713	835	713	835	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento UTE Piratininga.....	506.009	480.607	506.009	480.607	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	16.015	15.732	11.982	11.951	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	22.747	23.229	26.364	26.912	Disponível para venda
Ativo financeiro indenizável.....	41.653	40.716	41.653	40.716	Empréstimos e recebíveis
Ativo reversível da concessão.....	275.273	275.273	275.273	275.273	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores.....	5.378	4.544	5.602	4.742	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.716	3.716	3.716	3.716	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos.....	-	-	95.695	97.002	Passivo financeiro pelo custo amortizado

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nível I	Nível II	Nível III
Caixa e equivalentes de caixa.....	X	X	
Cauções e depósitos vinculados.....		X	

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

A atividade da Companhia e sua controlada compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas (no caso da EMAE) e (contratos de ambiente

Notas Explicativas

regulado – CCEAR no caso de Pirapora), com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015, a Companhia e sua controlada não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Os grupo de contas sujeitos a esse risco são: Revendedores e Consumidores (nota 4); Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (nota 7); Outros créditos (nota 8); Cauções e Depósitos Vinculados (nota 10); Ativo financeiro indenizável (nota 11) e Ativo reversível da concessão (nota 12).

(a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada não apresentavam saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(a.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 31 de março de 2016 e 2015 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações

Notas Explicativas

equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de dezembro de 2015, com CDI overnight de 11,51% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.03.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		11,51%	2,88%	5,75%
Controladora	28.155	3.241	811	1.619
Consolidado	33.860	3.897	975	1.947

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 31 de dezembro de 2015, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 7,5% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.03.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
TJLP	7,50%	7,50%	1,88%	3,75%
Liberado pelo BNDES	95.695	7.177	1.799	3.589

Fonte: TJLP (BNDES).

(a.5) Risco de liquidez

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica "Empréstimos e financiamentos" está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	5.602	-	-	-	-	5.602
Empréstimos e financiamentos (BNDES).....	4.695	9.391	10.924	64.619	83.749	173.378
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	-	3.716	-	-	-	3.716
Total	10.297	13.107	10.924	64.619	83.749	182.696

Notas Explicativas

(a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômicos-financeiros e outros, veja maiores detalhes na nota explicativa nº 17.

(a.7) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. Em relação à PCH Pirapora, de propriedade da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, aderiu a repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100 conforme Nota 8 letra (h).

(a.8) Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária.

Em 28 de julho de 2015 a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.924, homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE, para o período de julho de 2015 a junho de 2016.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG	Adicionais de receitas	Bens não reversíveis (5%)	TFSEE	USO	P&D	RAG
Henry Borden...	100.182	2.015	5.509	501	3.065	1.225	122.497
Porto Góes.....	3.848	299	192	14	982	55	5.390
Rasgão.....	3.164	1.047	158	12	309	47	4.737
	107.194	3.361	5.859	527	4.356	1.327	132.624

Fonte: REH 1924/15 Nota técnica nº 180/2015

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 17% em relação a RAG anterior.

(a.9) Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e sua controlada .

Notas Explicativas

(a.10) Risco de alteração na legislação tributária

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Diretores da

EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo financeiro da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 11, a Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão. Esse ativo financeiro, no montante de R\$ 41.653 mil em 31 de março de 2016, representa investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração (“RAG”). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativo reversível da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 12, a Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR (Valor novo de reposição) pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação dos investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 275.273 mil a valor líquido contábil. A Administração da Companhia informa que até 31 de março de 2016 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados, tampouco há indicações de perda de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2